Revista Jurídica do Nordeste Mineiro, v.02, 2025
ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

AÇÕES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL EMERGENTE: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

ACTIONS AND PERSPECTIVES IN EMERGING SPECIAL EDUCATION: METHODOLOGICAL CONSIDERATIONS

Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra
Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), UFSCar, Brasil.
E-mail: avaete.guerra@ifpb.edu.br

Renan Antônio da Silva
Doutor em Educação Escolar, UNESP; Docente e orientador no Programa de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), UFSCar
E-mail: renan@ufscar.br

Emerson Aparecido Augusto
Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), UFSCar, Brasil.
E-mail: emerson.augusto@etec.sp.gov.br

Ubirajara Donisete Ferreira Leão
Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), UFSCar, Brasil.
E-mail: ubirajara.leao@ifsp.edu.br

Marina Beatriz Ferreira Pipino
Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), UFSCar, Brasil.
E-mail: marinabeatrizfp@hotmail.com

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 29/07/2025

RESUMO: O Ensino Especial tem conquistado um papel cada vez mais proeminente nas últimas duas décadas em função do movimento de educação inclusiva, embora também tenha sido alvo de críticas devido à sua exclusividade e à insuficiência na promoção da interação entre crianças com necessidades especiais e suas pares. O termo “educação especial” engloba tanto uma área do conhecimento quanto um campo profissional. De modo geral, a educação especial abrange fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido contemplados pelo sistema educacional convencional, embora tenham adquirido importância nos últimos anos em virtude do movimento inclusivo. O objetivo deste estudo é estimular o Estado, as instituições educacionais, os docentes e a sociedade em sua totalidade a se mobilizarem para garantir que a Educação Especial no Brasil se torne genuinamente inclusiva, abordando as principais deficiências presentes no campo da educação inclusiva. A abordagem metodológica adotada nesta pesquisa será fundamentada na análise bibliográfica, realizada por meio das principais plataformas acadêmicas (como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e ResearchGate, entre outras). Esta investigação terá como base materiais já publicados, incluindo artigos, livros, teses e dissertações que proporcionarão a fundamentação necessária para abordar o tema em questão. Pode-se afirmar que a trajetória da Educação Especial no Brasil tem mostrado progressos significativos rumo à inclusão; entretanto, ainda há muito a ser realizado. É imprescindível manter um compromisso contínuo com a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Palavras-chave: Ensino. Educação Especial. Inclusão. Educação Inclusiva.

ABSTRACT: Special Education has gained an increasingly prominent role in the last two decades due to the inclusive education movement, although it has also been criticized due to its exclusivity and its insufficiency in promoting interaction between children with special needs and their peers. The term “special education” encompasses both an area of knowledge and a professional field. In general, special education encompasses teaching and learning phenomena that have not been covered by the conventional educational system, although they have gained importance in recent years due to the inclusive movement. The objective of this study is to encourage the State, educational institutions, teachers and society as a whole to mobilize to ensure that Special Education in Brazil becomes genuinely inclusive, addressing the main deficiencies present in the field of inclusive education. The methodological approach adopted in this research will be based on bibliographic analysis, carried out through the main academic platforms (such as SciELO, Google Scholar, CAPES Journal Portal and ResearchGate, among others). This investigation will be based on previously published materials, including articles, books, theses and dissertations that will provide the necessary foundation to address the topic in question. It can be stated that the trajectory of Special Education in Brazil has shown significant progress towards inclusion; however, there is still much to be done. It is essential to maintain an ongoing commitment to promoting equal opportunities and respect for diversity, ensuring that all students have access to quality education.

Keywords: Teaching. Special Education. Inclusion. Inclusive Education.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a educação especial no Brasil exige, de forma indissociável, a consideração de dois elementos essenciais da nossa trajetória histórica: a desigualdade e a diversidade. O território brasileiro é caracterizado pela pluralidade de suas populações e das narrativas que as envolvem, embora essa construção se dê em um contexto de profundas disparidades. A configuração econômica do Brasil e as peculiaridades de sua organização social resultaram na coexistência de diversos problemas que impactaram diretamente a vida de crianças e jovens brasileiros, muitos dos quais ainda perduram nos dias atuais: crianças abandonadas nas ruas das grandes cidades desde o século XVII, escassa cobertura educacional e, por consequência, um alto índice de analfabetismo, entre outros obstáculos.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Com o término do regime escravagista, diversas famílias não foram integradas ao setor produtivo e passaram a viver nas grandes metrópoles sem acesso às mínimas condições dignas. Durante o período republicano, uma considerável parte da população brasileira desempregada e considerada iletrada foi rotulada como marginalizada, tendo seus comportamentos classificados como indecorosos e transgressores aos padrões sociais estabelecidos por uma elite que via o país como atrasado em relação à Europa. Isso culminou na formação de uma camada populacional excludente.

No Brasil, a educação especial teve início com um enfoque assistencialista e segregador, que visava apenas a proteção e o cuidado das pessoas com deficiência. No entanto, ao longo do tempo, houve uma mudança de paradigma, com a adoção de uma abordagem inclusiva, que busca a integração desses alunos em escolas regulares. Essa mudança de paradigma trouxe consigo a necessidade de formação de professores especializados, a adaptação de currículos e a implementação de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência desses alunos na escola.

Além disso, a inclusão escolar também requer a colaboração de toda a comunidade escolar, incluindo gestores, professores, pais e alunos. Atualmente, a educação especial no Brasil enfrenta desafios como a falta de estrutura adequada nas escolas, a resistência de alguns profissionais em adotar práticas inclusivas e a falta de formação continuada para os educadores. No entanto, é fundamental que esses desafios sejam superados, para que todos os alunos, independentemente de suas necessidades especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Nesse sentido, é importante que as políticas públicas sejam voltadas para a promoção da inclusão escolar e para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, é fundamental que a sociedade como um todo se sensibilize para a importância da educação inclusiva e para a valorização da diversidade.

A ampliação do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais ao sistema regular de ensino tem levado os documentos legais e normativos da educação especial no Brasil a ressaltar como deve ser estruturada a escolarização desse grupo. Em 2006, o Ministério da Educação publicou o primeiro documento que estabeleceu o atendimento educacional especializado (AEE), destinado a ser implementado em salas de recursos multifuncionais. Em 2008, foi sancionado o Decreto nº 6.571/2008, que regulamenta esse atendimento educacional especializado, além de outras políticas públicas relacionadas à inclusão.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

A trajetória da Educação Especial no Brasil reflete a luta por uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso à educação de qualidade. Há ainda muito a ser realizado; contudo, é fundamental reconhecer os avanços alcançados e continuar empenhando esforços para que a inclusão se torne uma realidade em todas as escolas do país. A diversidade constitui um fator enriquecedor que deve ser valorizado em todos os ambientes, inclusive na educação.

A abordagem metodológica deste estudo será fundamentada na pesquisa bibliográfica realizada por meio das principais plataformas acadêmicas — como SciELO, Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e ResearchGate — entre outras. Essa investigação será suportada por materiais anteriormente publicados incluindo artigos, livros, teses e dissertações que servirão como base para as discussões acerca da temática abordada.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008. p.50).

O objetivo desta pesquisa é incitar que o Estado, as instituições educacionais, os docentes e a sociedade em geral mobilizem-se para assegurar que a Educação Especial no Brasil seja efetivamente inclusiva. A inclusão transcende simplesmente matricular alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares; trata-se também de garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação qualitativa que respeite suas diferenças e fomente seu desenvolvimento integral.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUAS NUANCES

A Educação Especial (EE) se estabelece como um segmento do sistema educacional direcionado a alunos que apresentam: transtornos gerais do desenvolvimento (TGD) ou transtorno do espectro autista (TEA); uma ou mais deficiências, que podem ser

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

físicas, visuais, auditivas ou intelectuais; além de altas habilidades ou superdotação. Essa modalidade de ensino pode ser disponibilizada em instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, que podem ser regulares ou especializadas; em salas de aula comuns, salas especializadas ou ambientes multifuncionais (SRM); sob a orientação de professores titulares (generalistas ou especialistas) ou educadores com formação específica em atendimento educacional especializado (AEE). É comum a presença de profissionais especializados de diversas áreas, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras e neuropediatras, entre outros (GUERRA et al., 2023).

As considerações apresentadas levam à reflexão de que a noção de necessidades educacionais especiais auxilia na sistematização das “dificuldades individuais”, classificando-as, conforme os estudos de Popkewitz e Lindblad (2001), em “categorias de pessoas”, para as quais é necessário conceber políticas “focalizadas”.

No contexto do nosso sistema educativo, a EE é responsável por garantir o acompanhamento especializado para alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Esses estudantes frequentemente requerem ações, recursos e estratégias pedagógicas diferenciadas daquelas habitualmente disponíveis devido às suas características específicas. Esse campo representa uma extensa área de pesquisa e oferece significativas contribuições para a educação.

A EE constitui um sistema educativo organizado para atender especificamente alunos com necessidades especiais determinadas. Enquanto algumas instituições focam em apenas uma categoria de necessidade, outras abrangem múltiplas. O ensino especial tem sido alvo de críticas por não promover adequadamente a interação entre crianças com necessidades especiais e seus pares. Em contraposição, as escolas dedicadas à educação especial possuem materiais apropriados, equipamentos e docentes qualificados. Para que o sistema regular de ensino possa operar de forma inclusiva, é imprescindível que ele seja adaptado e transformado pedagogicamente (GUERRA et al., 2023).

Dessa maneira, os objetivos da Educação Especial (EE) se alinham aos da educação em geral; contudo, a distinção se estabelece na metodologia de atendimento, a qual é adaptada às singularidades individuais dos estudantes. Essa abordagem fundamenta-se na promoção da igualdade de oportunidades e na consideração das diferenças pessoais de cada criança, mediante adequações no sistema educacional.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Assim sendo, todos os alunos têm o potencial de acessar uma educação que atenda às suas necessidades específicas. Nos últimos vinte anos, o Ensino Especial tem ganhado relevância em virtude do movimento pela inclusão educacional, embora tenha enfrentado críticas em relação à sua exclusividade e à insuficiência no estímulo ao convívio entre crianças com e sem necessidades especiais.

Os objetivos da educação especial estão em consonância com os da educação geral. Porém, a diferença reside na forma de atendimento, que se ajusta às particularidades de cada aluno. Assim, as instituições que proporcionam educação especializada dispõem de recursos materiais, tecnologias, equipamentos e docentes capacitados. Em contrapartida, o sistema educacional regular ainda demanda adaptações e transformações pedagógicas para viabilizar um atendimento inclusivo. As instituições de ensino superior desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social através do trabalho; ao possibilitar o acesso ao conhecimento, facilitam participações reconhecidas por meio de saberes e práticas que constituem identidades profissionais alinhadas aos valores e ideais contemporâneos.

As propostas de Educação Especial são formuladas em articulação com processos que caracterizam a oferta educacional no país e com movimentos que expressam tendências mais amplas, delineadas pela produção do conhecimento, pela definição de políticas educativas e pela atuação dos organismos internacionais. No contexto brasileiro da Educação Especial, observa-se uma evolução gradual; entretanto, essa evolução ocorre lentamente e prioriza facilitar o acesso enquanto deixa a infraestrutura física e os recursos humanos inadequados ou despreparados.

Tabela 1 – Principais leis de inclusão do Brasil

Lei Brasileira de Inclusão (LBI)	(Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015)
Lei da Deficiência Auditiva	(Lei nº 14.768, de 2023)
Lei da Educação Bilíngue de Surdos usuários de Libras e Educação Regular aos Surdos Oralizados	(Lei nº 14.191, de 2021)
Lei da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	(Lei nº 10.436, de 2002)

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Lei da Visão Monocular (Lei Amália Barros)	(Lei nº 14.126, de 2021)
Lei de Cotas de Ingresso nas Universidades	(Lei nº 12.711, de 2012)
Lei de Cotas para PCD	(Lei nº 8.213/91)

Fonte: Os autores

A Educação Especial no Brasil avança continuamente rumo a uma educação equitativa; as legislações implementadas têm favorecido significativamente o acesso à educação para pessoas com deficiência. Contudo, há uma disparidade entre o que é ensinado teoricamente e suas aplicações práticas nas escolas; muitas delas não estão preparadas para receber esses alunos.

Portanto, o interesse em investigar essa temática emerge da necessidade de compreender tanto o contexto histórico quanto o atual da Educação Especial, dado seu caráter relevante para a sociedade e também pela convivência com a realidade educacional de uma irmã com deficiência intelectual. A educação voltada para deficientes iniciou-se no século XIX sob um modelo segregacionista, que ofereceu as primeiras formas de ensino para deficientes no Brasil; esse modelo evoluiu por diversas etapas até alcançar um processo inclusivo não apenas educacionalmente, mas também socialmente para indivíduos com deficiência.

A adequação do sistema educacional para crianças com necessidades especiais deve focar em: I) Incentivar e facilitar a implementação das tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar. II) Estimular o uso de computadores por crianças e jovens com necessidades especiais que estão inseridos no ensino regular, desenvolver áreas curriculares específicas para aqueles com baixa incidência e implementar o tele-ensino dirigido às crianças e jovens que não podem participar do ensino regular. III) Ajustar o ensino das novas tecnologias para atender as necessidades dessas crianças, equipando as escolas com os dispositivos necessários e promovendo a adaptação dos programas escolares às novas funcionalidades oferecidas por tais equipamentos. IV) Fomentar a criação de um programa de capacitação sobre a utilização das tecnologias da informação como suporte às crianças com necessidades especiais, direcionado a médicos, terapeutas,

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

educadores, auxiliares e outros profissionais envolvidos na adaptação tecnológica às demandas dessas crianças.

A integração escolar, cuja analogia é o sistema de cascata, caracteriza-se como um modelo condicional de inserção que depende do aluno, isto é, do grau de sua capacidade de se adaptar às opções disponibilizadas pelo sistema educacional. A integração pode ocorrer em uma sala regular, em uma classe especial ou até mesmo em instituições específicas. Esse modelo representa uma alternativa na qual tudo permanece inalterado e não se questiona a estrutura vigente.

Por outro lado, a inclusão estabelece uma inserção de maneira mais radical, abrangente e sistemática, tendo como propósito incluir um aluno ou grupo de alunos que anteriormente não foram excluídos. O objetivo da inclusão consiste, desde o início, em assegurar que ninguém fique à margem do sistema educacional, que deverá se adaptar às especificidades de todos os alunos para efetivar sua metáfora — o caleidoscópio (MONTOAN, 2003).

Para exercer atividades na educação especial, o educador necessita possuir formação em pedagogia com habilitação em educação especial e/ou cursos de especialização nessa área, além de um compromisso com a formação continuada. Essa preparação permite sua atuação no atendimento educacional especializado, enriquecendo o caráter interativo e interdisciplinar em salas comuns do ensino regular, salas de recursos, centros de atendimento educacional especializado, núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, classes hospitalares e contextos domiciliares, com vistas à oferta de serviços e recursos relacionados à educação especial.

3 TIPOS DE DEFICIÊNCIAS

A importância de abordar as principais deficiências na educação especial reside no fato de que cada tipo de deficiência demanda estratégias e abordagens pedagógicas específicas. Ao identificar e compreender as características de cada deficiência, os profissionais da educação especial podem desenvolver planos de ensino personalizados que atendam às necessidades individuais de cada aluno. Além disso, é possível promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Ao compreender as

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

limitações e potencialidades de cada aluno, os educadores podem criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor e adaptado às necessidades de cada um.

Tabela 1 – Principais tipos de deficiências

TIPO DE DEFICIÊNCIA	DESCRIÇÃO
Deficiência Intelectual	Caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, a deficiência intelectual pode afetar a capacidade do aluno de aprender e se desenvolver de forma adequada.
Deficiência Física	Alunos com deficiência física podem apresentar limitações motoras que dificultam sua locomoção e participação em atividades físicas. A educação especial busca oferecer suporte e adaptações para garantir a inclusão desses alunos.
Deficiência Auditiva	Alunos com deficiência auditiva podem ter dificuldades na comunicação e na compreensão de conteúdos verbais. Estratégias como o uso de intérpretes de Libras e recursos de tecnologia assistiva são essenciais para promover a aprendizagem desses alunos.
Deficiência Visual	Alunos com deficiência visual necessitam de adaptações no ambiente escolar e de materiais em formatos acessíveis, como braille e áudio descrição. A educação especial busca garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.
	Alunos com TEA podem apresentar dificuldades na comunicação, interação social e comportamento. A educação especial oferece estratégias e recursos específicos para atender às necessidades desses alunos e promover seu desenvolvimento. É fundamental que os

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Transtorno do Espectro Autista (TEA)	profissionais da educação especial estejam capacitados para identificar as necessidades individuais de cada aluno e oferecer suporte adequado para sua aprendizagem.

Fonte: Os autores

De acordo com Dias e Oliveira (2013), a deficiência intelectual configura-se como um transtorno do desenvolvimento. Crianças com essa condição apresentam um nível cognitivo que se encontra abaixo da média correspondente à sua faixa etária. Consequentemente, elas enfrentam dificuldades de adaptação e requerem mais tempo para aprender e adquirir habilidades de leitura e escrita em comparação a seus pares. Além disso, essas crianças geralmente têm desafios nas interações sociais, uma vez que não conseguem compreender adequadamente os códigos sociais. Em geral, são bastante dependentes de seus pais ou de adultos que as auxiliam na interpretação dos sinais sociais. Por esse motivo, a inclusão desses estudantes no ambiente escolar demanda adaptações nas práticas pedagógicas. Este artigo oferece mais informações sobre o tema.

É fundamental que o professor tenha confiança na capacidade do aluno com deficiência intelectual em superar suas limitações. Conhecer o aluno — suas preferências, aversões, habilidades e dificuldades — é a maneira mais eficaz de tornar seu aprendizado significativo. Outro aspecto relevante para a inclusão de alunos com deficiência intelectual é a necessidade de desenvolver métodos de ensino que envolvam as emoções. Assim, ao ter conhecimento sobre os interesses do aluno, o educador deve utilizar essa informação para proporcionar experiências educativas agradáveis. Por exemplo, se o aluno tem uma predileção por determinado espaço no pátio da escola, pode ser interessante planejar uma aula nesse local específico durante a semana. Como mencionado anteriormente, as crianças tendem a prestar mais atenção àquilo que lhes faz sentido; isso se aplica igualmente aos alunos com deficiência intelectual. Portanto, quanto mais significado o professor atribuir ao aprendizado, maior será a assimilação por parte do aluno.

Uma última recomendação — igualmente significativa — consiste em empregar reforço positivo ao trabalhar com alunos que possuem deficiência intelectual. Elogios a cada acerto e recompensas pelos avanços alcançados são fundamentais sempre que possível, mesmo que sejam gestos simples como um abraço. As crianças apreciam perceber que seu comportamento é aprovado e o reforço positivo contribui para aumentar

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

as chances de continuarem agindo dessa maneira. Assim, os estudantes tendem a se sentir muito mais motivados e confiantes.

Em relação a Educação Especial com foco na deficiência física tem como objetivo assegurar a inclusão escolar e o progresso individual de estudantes com limitações motoras, englobando desde adequações no ambiente educacional até a capacitação de profissionais especializados. Esta área contempla uma diversidade de condições, que vão desde paralisia cerebral e amputações até deformidades congênitas, demandando abordagens pedagógicas e suporte individualizado. Aspectos centrais da Educação Especial voltada à Deficiência Física incluem:

- Tipos de Deficiência Física: Abrange várias condições que impactam a mobilidade, tais como paraplegia, tetraplegia, monoplegia, amputações, deformidades congênitas e sequelas resultantes de traumas.
- Adaptações no Ambiente Escolar: É essencial modificar o espaço físico, incorporando rampas, elevadores, banheiros e áreas circulatórias acessíveis.
- Formação Profissional: Educadores necessitam de formação específica para atender às demandas individuais dos alunos, incluindo métodos alternativos de comunicação, adaptações curriculares e estratégias pedagógicas.
- Recursos Tecnológicos: A utilização de tecnologia assistiva—como softwares leitores, cadeiras de rodas motorizadas e dispositivos comunicativos—pode ser crucial para o desenvolvimento desses alunos.
- Apoio Multiprofissional: A colaboração com fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e psicólogos é fundamental para apoiar o desenvolvimento físico, motor e emocional dos estudantes.
- Inclusão Social: A Educação Especial com Deficiência Física se propõe a assegurar que os estudantes sintam-se acolhidos no ambiente escolar, promovendo sua autonomia e desenvolvendo suas habilidades.

A carência de recursos materiais como tecnologias assistivas e espaços adaptados pode dificultar a inclusão escolar. A ausência de formação adequada entre os professores

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

para atender às necessidades dos alunos com deficiência física pode comprometer a qualidade da educação oferecida. O preconceito vinculado à deficiência física pode representar um obstáculo à inclusão social e escolar desses estudantes. Portanto, a Educação Especial voltada para a Deficiência Física constitui um campo essencial para promover tanto a inclusão escolar quanto o desenvolvimento individual dos alunos com deficiência motora. Ao realizar adaptações no ambiente educacional, capacitar profissionais competentes e empregar recursos tecnológicos apropriados, é possível fomentar um espaço de aprendizagem inclusivo que valorize as diferenças entre os indivíduos (DIAS; OLIVEIRA, 2013).

A educação de surdos, que desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo. A formação da criança surda é um direito inerente à sua condição de ser humano, e a responsabilidade de educar recai sobre os adultos, pais e educadores. Para a criança surda, assim como para a que ouve, o pleno desenvolvimento das habilidades linguísticas, cognitivas, emocionais e sociais é essencial para seu crescimento. Por meio das interações sociais, compreendemos as necessidades para viver em sociedade. O primeiro contato social da criança ocorre no ambiente familiar.

Segundo Santana e Bergamo (2005), os indivíduos surdos foram historicamente marginalizados devido à sua condição, tratados como doentes pela ausência de comunicação oral e muitas vezes isolados da sociedade por suas famílias. A língua de sinais era proibida. Recentemente, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida como a língua materna dos surdos pela Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, o que garantiu a eles um reconhecimento na sociedade. O Decreto Federal n° 5.626, datado de 22 de dezembro de 2005, assegura que alunos surdos têm o direito à educação em Libras e na língua portuguesa como segunda língua; assim sendo, as crianças devem ter acesso a essa linguagem especial desde cedo, geralmente nas escolas.

Entre 2006 e 2009, o Ministério da Educação (MEC) certificou mais de 5.000 intérpretes de língua de sinais; entretanto, o número desses profissionais ainda é insuficiente para atender à demanda nas instituições educacionais. Em São Paulo, há apenas 19 intérpretes disponíveis para mais de 200 alunos; estima-se que existam cerca de 230 intérpretes qualificados atuando em salas de aula no Brasil. A inclusão da Libras no cotidiano social — especialmente nas escolas — é crucial para o desenvolvimento social dos surdos. Para os surdos, é vital que as pessoas consigam se comunicar com eles através da Libras.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Serviços essenciais como saúde, educação e comércio frequentemente carecem de profissionais capacitados para atender aos surdos, resultando em uma maior exclusão desse grupo. Nas instituições escolares, recursos visuais são fundamentais para apoiar o desenvolvimento dos alunos surdos; materiais pedagógicos ilustrados e diversas referências — como cadernos de vocabulário e manuais em Libras — devem ser disponibilizados também nos períodos extraclasse.

Além disso, deve-se considerar disciplinas como matemática que exigem repertório visual; neste contexto "[...] o fato de o intérprete de língua gestual possibilitar ao aluno com deficiência auditiva acessar informações por meio da sua língua natural já é positivo, mas não é suficiente para assegurar a aprendizagem." A obrigatoriedade do uso da Libras nas escolas é imprescindível; crianças com deficiência necessitam aprender tão cedo quanto possível e a promoção dessa aquisição linguística deve facilitar a educação dos surdos dentro do sistema educacional brasileiro. A aprendizagem social ou educacional requer contribuições desde os primeiros dias da vida infantil conforme suas características individuais; as relações interpessoais familiares influenciam significativamente na forma como essa criança se identificará nas interações sociais.

Segundo Camargo (2016) a deficiência visual é definida pela limitação ou perda das funções essenciais do olho e do sistema visual. A pessoa com deficiência visual pode ser classificada como cega ou com baixa visão. O objetivo principal da área de deficiência visual na Seed é garantir a continuidade da educação básica para alunos cegos ou com baixa visão, proporcionando os apoios e recursos necessários para que tenham acesso ao currículo em igualdade de condições com os demais estudantes.

No que diz respeito à cegueira, esta se refere à ausência de percepção visual resultante de fatores fisiológicos ou neurológicos. A cegueira total, também conhecida como amaurose, caracteriza-se pela completa perda da visão, sem percepção de luz ou forma. Essa condição pode ser congênita ou adquirida. Indivíduos cegos necessitam do sistema de escrita e leitura em relevo conhecido como Sistema Braille. A tecnologia assistiva representa um significativo avanço para pessoas com cegueira, incluindo softwares leitores de tela e livros digitais acessíveis.

Em relação à baixa visão, a acuidade visual dos indivíduos afetados é altamente variável; geralmente, a baixa visão é compreendida como uma condição na qual a visão não é completamente corrigível por óculos, impactando atividades cotidianas como leitura

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

e locomoção. Essa condição resulta de diversas patologias oftalmológicas, tais como degeneração macular, glaucoma, retinopatia diabética e catarata.

Cada uma dessas condições provoca diferentes efeitos na capacidade visual do indivíduo, comprometendo suas atividades diárias. Pessoas com baixa visão frequentemente requerem auxílios ópticos como óculos, lentes corretivas e lupas (simples ou eletrônicas), além de recursos não ópticos que incluem textos em caracteres ampliados e o uso de tecnologia assistiva como softwares ampliadores e leitores de tela, bem como livros digitais acessíveis. Quando essa condição se apresenta em crianças em idade escolar, é fundamental que sejam adotadas medidas para garantir que elas recebam uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a educação especial desempenha um papel crucial na promoção do desenvolvimento e aprendizado desses alunos. A educação especial é um campo que se dedica a atender as necessidades educacionais de indivíduos com deficiências, incluindo a deficiência visual. Para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação adequada, é importante que sejam adotadas estratégias específicas para atender às suas necessidades. Isso inclui a utilização de recursos como materiais em braille, tecnologias assistivas e adaptação do ambiente escolar. Além disso, é essencial que os profissionais que atuam na área da educação especial tenham formação adequada para lidar com alunos com deficiência visual.

Eles precisam estar preparados para identificar as necessidades específicas desses alunos, desenvolver planos de ensino individualizados e promover a inclusão desses estudantes no ambiente escolar. A deficiência visual não deve ser vista como uma limitação, mas sim como uma característica que demanda cuidados especiais e adaptações para garantir que o aluno possa desenvolver seu potencial máximo. Com o apoio adequado da educação especial, é possível promover a inclusão e o sucesso acadêmico de crianças com deficiência visual (CAMARGO, 2016).

No que tange ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), trata-se de uma condição de natureza neurobiológica que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento das pessoas. A educação escolar para crianças e adolescentes com TEA é de extrema importância para promover o seu desenvolvimento e inclusão social. A inclusão de alunos com TEA nas escolas regulares tem se mostrado benéfica tanto para os estudantes com o transtorno quanto para os demais colegas. A convivência com a

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

diversidade proporciona aprendizados importantes sobre empatia, respeito e tolerância (ROSA; MATSUKURA; SQUASSONI, 2019).

Além disso, a presença de profissionais capacitados para atender as necessidades específicas dos alunos com TEA é fundamental para garantir o seu progresso acadêmico e social. É importante que as escolas estejam preparadas para receber e atender os alunos com TEA de forma adequada. Isso inclui a adaptação do ambiente escolar, a capacitação dos professores e a implementação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades individuais de cada aluno. A utilização de recursos como material visual, rotinas estruturadas e comunicação alternativa são fundamentais para facilitar a aprendizagem e a interação dos estudantes com TEA ((ROSA; MATSUKURA; SQUASSONI, 2019).

Além disso, a parceria entre escola, família e profissionais de saúde é essencial para garantir o sucesso da educação escolar de alunos com TEA. O acompanhamento multidisciplinar, com a participação de psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e outros profissionais, é fundamental para identificar as necessidades específicas de cada aluno e desenvolver um plano de intervenção adequado. Portanto, a educação escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista requer um trabalho conjunto e integrado entre escola, família e profissionais de saúde. Com o apoio adequado, é possível promover o desenvolvimento e a inclusão social desses estudantes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

4 CONCLUSÃO

Diante da complexidade e dos desafios enfrentados pela educação especial no Brasil, é fundamental que haja um compromisso contínuo com a garantia de direitos e a promoção da inclusão de todos os alunos. A mudança de paradigmas e a busca por práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É preciso investir em formação de professores, estruturação de políticas públicas e conscientização da sociedade para que a educação especial possa cumprir sua missão de garantir a todos o direito à educação de qualidade.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Juntos, podemos transformar a realidade da educação especial no Brasil e contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo e igualitário.

Na busca por compreender as referências desse debate na política de educação especial no Brasil, observou-se que essa temática está contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): adaptações curriculares – abordagens para a educação de estudantes com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1998). No âmbito internacional, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) também sugeria a "flexibilidade curricular".

A investigação acerca do processo histórico de formação da educação especial no Brasil examinou a trajetória desse campo, ressaltando as iniciativas e legislações que fundamentaram a educação para pessoas com deficiência no país, recuperando, dessa forma, os princípios e aspectos históricos relacionados ao tema. Os elementos históricos evidenciam distintos modelos educativos voltados à pessoa com deficiência em território nacional. No paradigma da exclusão, a pessoa com deficiência era considerada inapta, inválida e não se via espaço para sua inserção no sistema escolar, seja ele regular ou especial. No modelo de institucionalização, essa população era percebida sob uma perspectiva médica e assistencialista; assim, eram alocadas em ambientes socialmente segregados como hospitais, asilos e conventos, onde recebiam o mínimo necessário para sua sobrevivência e cuidados médicos, sendo tratadas como pacientes em vez de educandos. No modelo integracionista, também se manifestava a segregação das pessoas com deficiência; mesmo com o advento da concepção do direito à educação dessa população, os espaços educacionais eram restritos a instituições especializadas ou classes especiais dentro das escolas regulares.

Os benefícios da pesquisa abordada são variados. Além de promover a equidade de oportunidades e o respeito à diversidade, a inclusão favorece o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, solidária e democrática. Ademais, a convivência entre alunos com e sem deficiência enriquece o ambiente escolar ao estimular empatia, tolerância e respeito mútuo. Portanto, o artigo analisado não apenas evidenciou um progresso na garantia dos direitos das pessoas com deficiência mas também representou uma evolução na maneira como a sociedade entende e valoriza a diversidade. A pesquisa teve um papel crucial nesse contexto ao fornecer subsídios para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa para todos.

ISSN 2675-4312
DOI: 10.61164/rjnm.v2i1.3892

Conclui-se que a trajetória da Educação Especial no Brasil tem sido caracterizada por avanços significativos em direção à inclusão; entretanto, ainda há muito por realizar. Torna-se imprescindível manter um compromisso contínuo com a promoção da igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, assegurando que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar. Brasília, DF, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Saúde. Decreto 5626/05 que regulamenta a Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL, **Lei nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14768.htm. Acesso em: 24 abr. 2024.

CAMARGO, EP de. Inclusão e necessidade especial: compreendendo identidade e diferença por meio do ensino de física e da deficiência visual. **São Paulo: Livraria da Física**, 2016.

CARDOSO, Fernando Henrique. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Brasília: Planalto**, 2002.

CIVIL, Casa. Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

DE PAULA, Ana Cristina Alves; LEITE, Flávia Piva Almeida. A LEI N° 14.126/2021 E O ENQUADRAMENTO DA VISÃO MONOCULAR COMO DEFICIÊNCIA VISUAL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS, ASSISTENCIAIS E TRIBUTÁRIOS. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v. 7, n. 2, p. 42-62, 2021.

DIAS, Sueli de Souza; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural: contribuições ao estudo do desenvolvimento adulto. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, p. 169-182, 2013.

ESPECIAIS, Educativas. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades**, 1994.

SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. **Educação & Sociedade**, v. 26, p. 565-582, 2005.

FREITAS, T. N. A Lei 14.191/2021 e o decreto 10.502/2020: projeções na educação de surdos. IV CINTED. **REIN!** Revista Educação Inclusiva. Edição especial, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/665/508. Acesso em: 22 mar. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas S.A., 2008.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; COSTA, Michel da; SILVA, Marcela Mary José da; ALVARENGA, Angélica Maria Abílio; MARQUES, Fabiano Rodrigues; MAIA, Giselle Carmo. O PAPEL DO PROFESSOR EM RELAÇÃO AO CONTEXTO DO ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA . **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 8, n. 12, p. 856–866, 2023. DOI: 10.51891/rease.v8i12.8107. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8107. Acesso em: 28 jan. 2025

LORENTZ, Lutiana Nacur. O Trabalho das Pessoas com Deficiência: Convergência das Leis nº. 8.213/91 (Quota Emprego) com a Lei nº. 12.711/12 (Quota Educação). **Natal: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência–AMPID**, 2020.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003 (Coleção Cotidiano Escolar).

NACIONAIS, INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES. terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. **Brasília: MEC-Secretaria de Educação Fundamental**, 1998.

POPKEWITZ, T.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão/exclusão sociais. Educação e Sociedade. Campinas, v.22, n. 75, p. 111-148, 2001.

ROSA, Fernanda Duarte; MATSUKURA, Thelma Simões; SQUASSONI, Carolina Elisabeth. Escolarização de pessoas com Transtornos do Espectro Autista (TEA) em idade adulta: relatos e perspectivas de pais e cuidadores de adultos com TEA. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 2, p. 302-316, 2019.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. Balanço dos dez anos da política federal de cotas na educação superior (Lei nº 12.711/2012). **Cadernos de estudos e Pesquisas em políticas Educacionais**, 2022.